



Acessibilidade e Combate ao Capacitismo no Setor Público



Plano do Curso sobre: Acessibilidade e Combate ao Capacitismo no Setor Público

(Modalidade a distância)

Tutoria: Cristiane Rosa Pitombo

Apresentação: A presente atividade formativa se justifica diante da necessidade de sensibilização e conscientização dos agentes públicos quanto ao combate do capacitismo e da inclusão da pessoa com deficiência. Tal preocupação pode ser verificada não apenas nas diretrizes expressas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), mas também nas Resoluções do CNJ nº 343 e 401, esta ainda dispõe que os órgãos do Poder Judiciário devem: *“propor ações de sensibilização e capacitação do quadro de pessoal e, no que couber, do quadro auxiliar, a fim de promover conscientização e promoção de direitos, e o atendimento adequado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida”* (artigo 23, III, da Resolução CNJ nº 401/2021) e na Resolução do CSJT nº 421/2025, a qual dispõe que os órgãos integrantes da Justiça do Trabalho devem promover *“campanhas de conscientização, palestras e cursos voltados ao conhecimento e à reflexão sobre questões relativas às pessoas com deficiência, necessidades especiais e doença grave e seus direitos, incluídas as condições especiais de trabalho”* (artigo 14, da Resolução do CSJT nº 421/2025).

Assim, o Curso de Acessibilidade e Combate ao Capacitismo no Setor Público, ora ofertado, além da **capacitação do quadro de pessoal do órgão, visa auxiliar na desenvolvimento/atualização de uma política de acessibilidade**, colhendo iniciativas e sugestões dentre os discentes após os debates acerca dos desafios da inclusão das pessoas com deficiências no mercado de trabalho, em especial, no setor público. Para isso, será apresentada aos participantes do curso uma visão panorâmica do tema, com o

Acessibilidade e Combate ao Capacitismo no Setor Público



ênfase na conscientização dos agentes público quanto à inclusão das pessoas com deficiência e no desenvolvimento de atitudes anticapacitistas.

Carga horária: 30 horas-aula.

Público alvo: O presente curso é voltado para os servidores públicos, estagiários, terceirizados dentro da estrutura do órgão público.

Modalidade: O curso se desenvolverá na modalidade de educação a distância, na plataforma Moodle da Escola Judicial.

Metodologia: O curso tem proposta pedagógica que privilegia procedimentos didáticos próprios da educação a distância. Os participantes tem acesso ao material especificamente produzido para o curso e atuaram em regime de aprendizado colaborativo, o que dá ênfase à interação entre os inscritos na ação formativa, cabendo ao docente propiciar situações de aprendizagem em que todos aprendam com todos.

Objetivo geral: Apresentar aos discentes uma visão panorâmica do tema, com o enfoque de promover o a sensibilização e conscientização dos agentes público quanto à inclusão das pessoas com deficiência, bem como o desenvolvimento de atitudes anticapacitistas por meio da aplicação de conhecimentos sobre concepção de deficiência, a legislação brasileira sobre o tema e questões relativas à acessibilidade, objetivando a superação da exclusão, preconceito e do capacitismo no setor público.

Objetivos Específicos:

- Apresentar o conceito de deficiência, identificando os tipos de deficiência e conhecer as formas como o tema é tratado no Brasil.
- Definir o capacitismo, identificar como ele acontece e reconhê-los nas atitudes e comportamentos.



Acessibilidade e Combate ao Capacitismo no Setor Público



- Apresentar os principais dados demográficos sobre as pessoas com deficiência no Brasil e a Legislação brasileira sobre o tema;
- Abordar ações e ferramentas de acessibilidade que promovem a inclusão da pessoa com deficiência, determinar o impacto das políticas públicas nas ações de inclusão.
- Conscientizar os participantes por meio do desenvolvimento de debates acerca das atitudes capacitistas e seu impacto nas ações do servidor público.

Duração do Curso: em média 30 dias.

Estruturação do curso: 02/03/2026 a 01/04/2026.

- Fórum de Ambientação** - (3 dias – 2 horas-aula);
- Aula 1:** Definição de Deficiência e o Conceito de Capacitismo (expressões e atitudes) - (7 dias – 7 horas-aula);
- Aula 2:** Capacitismo e Legislação (Principais dados demográficos sobre as pessoas com deficiência no Brasil e a Legislação brasileira) - (7 dias – 7 horas-aula);
- Aula 3:** Acessibilidade e Combate ao Capacitismo no Setor Público (Percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações) - (7 dias – 7 horas-aula); e
- Fórum de Avaliação** - (7 dias – 7 horas-aula).

Regras de Participação: Cada aluno deverá efetuar ao menos uma participação nos fóruns de aula.

Contratação: 30 horas de tutoria.



Acessibilidade e Combate ao Capacitismo no Setor Público



Entrega: Ao final do curso, se entregue a Escola Judicial material, produzido no curso pelos participantes, com a percepção e necessidades sobre acessibilidade a serem melhoradas ou implementadas no âmbito do Tribunal Regional.